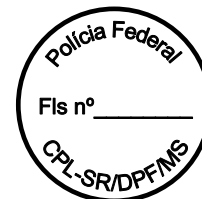




MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



---SIAPRO---  
SR/DPF/MS  
xxxxx.xxxxxxx/200x-XX

## ANEXO III

### MINUTA DE CONTRATO Nº. \_\_\_\_/2011-SR/DPF/MS

**CONTRATO QUE SE CELEBRA ENTRE A UNIÃO FEDERAL, REPRESENTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, E A EMPRESA \_\_\_\_\_ CNPJ \_\_\_\_\_ NA FORMA ABAIXO:**

A União, representada pela SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, sito na Rua Luis Fernando Fernandes, nr. 322 – Vila Sobrinho, Campo Grande/MS – Cep: 79.110-500, com o CGC nº 00.394.494/0084-63, neste ato denominada CONTRATANTE e representada pelo Senhor Superintendente Regional, o Senhor \_\_\_\_\_, Delegado de Polícia Federal, residente nesta capital, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, e a empresa: \_\_\_\_\_, situada à \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA e representada por \_\_\_\_\_, brasileiro, casado, portador do CPF nº \_\_\_\_\_ e Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, tem, entre si, justo e avençado, e celebram o presente contrato que será regido pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das cláusulas e condições a seguir expostas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.** O presente contrato objetiva regular a Contratação Centro de Formação de Condutores para promoção de **Processo de Mudança de categoria de Carteiras Nacional de habilitação, para categorias “D”, e “E”**, para servidores do Departamento de Polícia Federal, lotados na Delegacia de Polícia Federal em Corumbá-MS.

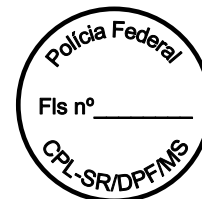
**CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE.** A finalidade deste instrumento é proporcionar à Contratante as condições essenciais ao bom funcionamento e desenvolvimento de suas atividades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.** Por este instrumento, a Contratante obriga-se a:

- a** - promover, por intermédio do servidor designado na forma do art. 67 da Lei 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto deste CONTRATO, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;
- b** - efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste CONTRATO.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



**CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.** Por este instrumento, a Contratada obriga-se a executar os serviços obedecendo às especificações discriminadas no Anexo I do Pregão Eletrônico Nº 13/2011, e ainda:

- a. credenciar, junto à CONTRATANTE, um representante para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato;
- b. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- c. observar rigorosamente as disposições do anexo I do edital do Pregão nº 13/2011, que é parte integrante deste contrato;
- d. Comprovar que possui, em seu quadro de pessoal, empregados habilitados para executar os serviços objeto deste contrato;
- e. Submeter-se à fiscalização da Contratante, quando presente a necessidade de diligência para certificar-se da regular execução deste Contrato;
- f. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou pressuposto causarem ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenização cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
- g. Observar todas as orientações da CONTRATANTE, para o fiel desempenho de suas atividades;
- h. Conceder aos serviços contratados especial prioridade para execução, salvo por motivo de força maior devidamente comprovada.
- i. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes deste Contrato;
- j. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere à Administração a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato.
- k. fornecer todos os materiais didático e de consumo que se façam necessários para a regular execução dos serviços.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS.** À Contratada caberá também:

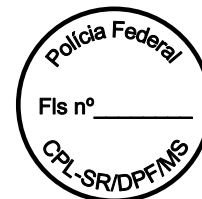
- a - assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão qualquer vínculo empregatício com a Contratante;
- b - assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da Contratante;
- c - assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes deste Contrato.

**Parágrafo Único.** A inadimplência da Contratada, não transfere à Administração a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo representante da administração, especialmente designado pelo Senhor Superintendente Regional da SR/DPF/MS, que anotará, em registro



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, como prevê o Artigo 67 da Lei 8.666/93.

**Parágrafo Primeiro.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas. Procederá à juntada de documentos relevantes no processo administrativo pertinente ao contrato.

**Parágrafo Segundo.** As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal do contrato deverão ser solicitadas ao SELOG/SR/DPF/MS, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

**Parágrafo Terceiro.** A Contratada deverá exercer fiscalização permanente sobre os serviços por ela executados, objetivando:

- 1- Manter elevado padrão de qualidade dos serviços prestados;
- 2- Manter permanente contato com a fiscalização da Contratante, para solução de eventuais problemas.

**Parágrafo Quarto.** O fiscal do contrato, em caso de qualquer infringência contratual não justificada pela contratada, procederá à apuração da penalidade em que recaiu a contratada, oficiando à mesma para dar-lhe a faculdade de defesa, e após lavrará relatório e considerações, encaminhando à diretoria do Foro para decisão quanto à aplicação ou não da penalidade.

**CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE POR DANOS:** A Contratada será a única responsável por quaisquer conseqüências oriundas de acidentes que possam vitimar seus empregados no desempenho dos serviços atinentes ao objeto deste Contrato, ou em conexão com eles, devendo adotar todas as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor.

**CLÁUSULA NONA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.** As despesas da presente licitação correrão à conta dos recursos consignados ao Departamento de Polícia Federal, no Orçamento Geral da União para o exercício de 2011. Natureza da Despesa: 339039 .

**Parágrafo Único.** Para a cobertura das despesas relativas ao corrente exercício, será emitida a Nota de Empenho estimativa nº 2011NC002271 e 2011NC002266, de 21 de Setembro de 2011, à conta da dotação especificada nesta cláusula.

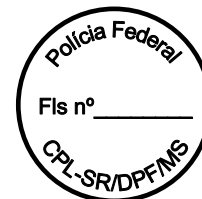
**CLÁUSULA DÉCIMA – PREÇO-** Os valores a serem pagos serão os definidos no Pregão Presencial 13/2011, conforme proposta final apresentada.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PAGAMENTO.** O pagamento integral será efetuado pelo NEOF/SR/DPF/MS, em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária, e ocorrerá até o 30º (trigésimo) dia útil após o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura pelo setor responsável pelo pagamento, devidamente atestada pelo setor competente, e desde que não ocorra fator impeditivo provocado pela Contratada.

**Parágrafo Primeiro.** O documento de cobrança consignará valores em Reais e discriminará os serviços prestados, o objeto da contratação, o nome e nº do banco, nome e nº da agência e nº da conta-corrente para depósito, número do contrato e ainda, será considerada para fins de pagamento a data do protocolo deste documento no setor competente.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



**Parágrafo Segundo.** Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar Nota Fiscal em 02 (duas) vias, discriminando a execução do objeto destes autos, bem como mencionar o nº da Nota de Empenho e se é optante pelo SIMPLES, cuja comprovação também deverá constar.

**Parágrafo Terceiro.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

**Parágrafo Quarto.** Antes da liquidação do pagamento a Contratante consultará ON-LINE o SICAF, imprimindo e juntando nos autos o resultado da consulta, que deverá estar com a sua documentação obrigatória válida, conforme estabelece o Decreto nº 3.722, 09/01/2001, ou, alternativamente a contratada apresentará diretamente os comprovantes correspondentes à consulta On Line ao SICAF, devendo ocorrer o pagamento depois de confirmada a regularidade da sua documentação fiscal.

**Parágrafo Quinto.** Ocorrendo atraso no pagamento, por parte da Contratante, e desde que para tanto a contratada não tenha concorrido de alguma forma, haverá incidência de juros de mora de 0,03% (três centésimos por cento) ao dia, relativo ao período compreendido entre a data do vencimento do prazo para pagamento até a data da sua efetivação.

**Parágrafo Sexto.** A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes à multa ou indenizações devidas pela Contratada.

**Parágrafo Sétimo.** Qualquer atraso ocorrido na apresentação dos documentos por parte da Contratada ou comprovação de estar a empresa com documentação fiscal vencida importará em prorrogação automática de seu vencimento, por período igual ao do atraso verificado.

**Parágrafo Oitavo.** Conforme IN conjunta SRF/STN/SFC nº 04, de 18 de agosto de 1997, serão retidos os percentuais referentes a tributos e contribuições federais, exceto no caso de pessoas jurídicas optantes pelo “SIMPLES”, e tributos municipais.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE.** Os preços contratados não estão sujeitos a reajuste, nos termos da legislação vigente.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES.** Pela inexecução total ou parcial do contrato o Contratante poderá aplicar as seguintes sanções: advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Justiça Federal – Seção Judiciária do Pará e/ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, de acordo com os artigos 86 a 88 da Lei n. 8.666/93, cabendo defesa prévia, recurso e vista do processo, nos termos do artigo 109 do referido diploma legal.

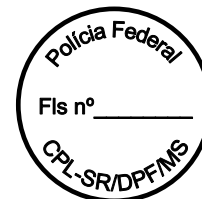
**Parágrafo Primeiro.** Na hipótese de a Contratada recusar-se a receber a Nota de Empenho ou assinar o contrato, será aplicada multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

**Parágrafo Segundo.** Pela inexecução total ou parcial do compromisso, a Administração poderá rescindir o Contrato, cancelar saldo de empenho e aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou sobre a parte executada com atraso.

**Parágrafo Terceiro.** O atraso injustificado no cumprimento do objeto contratado ou de prazos estipulados, exceto o definido no parágrafo primeiro desta cláusula, sujeitará a Contratada à



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da nota fiscal, se for o caso, sobre o valor correspondente à parte executada com atraso.

**Parágrafo Quarto.** Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados para a prestação, total ou parcial, do(s) serviço(s), deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência.

**Parágrafo Quinto.** A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo de execução dos serviços, deverá ser encaminhada à NAD/SELOG/SR/DPF/MS, até o vencimento do prazo de prestação inicialmente estipulado, ficando a critério do Contratante a sua aceitação.

**Parágrafo Sexto.** Vencido o prazo proposto, sem prestação do serviço, total ou parcialmente, o Contratante oficiará à Contratada comunicando-lhe a data-limite para a regularização de sua prestação. A partir dessa data considerar-se-á inadimplência, sendo-lhe aplicada a sanção de que trata o Parágrafo terceiro desta Cláusula.

**Parágrafo Sétimo.** As multas devidas e/ou prejuízos causados ao Contratante pela Contratada serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos mediante GRU em favor da SR/DPF/MS, ou cobrados judicialmente.

**Parágrafo Oitavo.** A Contratada inadimplente que não tiver valores a receber do Contratante, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa, na forma estabelecida no parágrafo anterior.

**Parágrafo Nono.** A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, no qual se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo Décimo.** A aplicação das multas não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA.** O presente contrato entra em vigor na data da assinatura, estendendo-se até o dia 31.12.2011.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO.** Ficará o presente Contrato rescindido, caso ocorram os motivos constantes nos artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

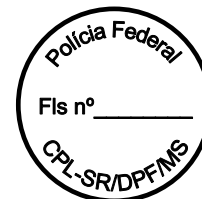
**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÃO.** Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO.** O presente instrumento será publicado em forma de extrato, no D.O.U., em conformidade com o disposto no § 1º do art. 61 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO.** Fica eleito pelas partes o Foro da Justiça Federal em Campo Grande/MS, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



E por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Corumbá-MS, ..... de ..... de 2011.

**CONTRATANTE:**

.....  
**Superintendente Regional**

**CONTRATADA:**

.....  
**Contratada**

**TESTEMUNHAS:**

a).....  
CPF:

b).....  
CPF: